



Fabiana Favreto
Fernando de Oliveira e Paula Lima
Juliana Deléo Rodrigues
Roberta Maia Gresta
Rodrigo de Macedo e Burgos
Coordenadores

DIREITO PÚBLICO E DEMOCRACIA

Estudos em homenagem aos 15 anos do Ministro Benedito Gonçalves no STJ

Prefácio
Cármen Lúcia Antunes Rocha

Área específica
DIREITO PÚBLICO.

Áreas afins do livro
DIREITO ELEITORAL, DIREITO ADMINISTRATIVO,
DIREITO AMBIENTAL, DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIREITO PROCESSUAL, DIREITO TRIBUTÁRIO.

Palavras-chave
CDIREITO PÚBLICO, DIREITO ELEITORAL,
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

O Ministro Benedito Gonçalves tem extenso currículo de serviços prestados à sociedade brasileira. Antes de chegar ao Superior Tribunal de Justiça, foi Juiz Federal e Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Já enquanto Ministro do Tribunal da Cidadania, é membro da Primeira Turma, da Primeira Seção e da Corte Especial. Exerceu as funções de Conselheiro Efetivo do Conselho da Justiça Federal, Membro da Comissão de Jurisprudência, Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura e Diretor da Revista do STJ.

Exerceu os cargos de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e de Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral durante o pleito de 2022.

O Ministro é reconhecido pelo comprometimento com a prestação jurisdicional e pela cordialidade com todos aqueles que participam de seu convívio.

Esta obra coletiva celebra os 15 anos de judicatura do Ministro Benedito Gonçalves no Superior Tribunal de Justiça reunindo artigos sobre temas atuais do direito público e do direito eleitoral escritos por membros das cortes superiores, dos tribunais eleitorais, representantes da magistratura e da advocacia, além de juristas e acadêmicos.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 3054

D598 Direito público e democracia: estudos em homenagem aos 15 anos do Ministro Benedito Gonçalves no STJ / Fabiana Favreto, Fernando de Oliveira e Paula Lima, Juliana Deléo Rodrigues, Roberta Maia Gresta, Rodrigo de Macedo e Burgos. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

516p. 14,5x21,5cm

ISBN 978-65-5518-612-3.

1. Direito público. 2. Direito eleitoral. 3. Superior Tribunal de Justiça. I. Favreto, Fabiana. II. Lima, Fernando de Oliveira e Paula. III. Rodrigues, Juliana Deléo. IV. Gresta, Roberta Maia. V. Burgos, Rodrigo de Macedo e. VI. Título.

CDD: 341.28

CDU: 342.8

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FAVRETO, Fabiana; LIMA, Fernando de Oliveira e Paula; RODRIGUES, Juliana Deléo; GRESTA, Roberta Maia; BURGOS, Rodrigo de Macedo e (Coord.). *Direito público e democracia: estudos em homenagem aos 15 anos do Ministro Benedito Gonçalves no STJ*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 516p. ISBN 978-65-5518-612-3.

Fernando de Oliveira e Paula Lima

Bacharel em Direito pela Instituição Toledo de Ensino. Pós-Graduado em Direito Público. Analista Judiciário do STJ. Assessor do Ministro Benedito Gonçalves no STJ.

Juliana Deléo Rodrigues

Mestre em Direito Público. Especialista em Direito Eleitoral. Analista Judiciário do TSE. Assessora do Ministro Benedito Gonçalves no TSE.

Roberta Maia Gresta

Doutora em Direito Político (UFMG). Mestre em Direito Processual (PUC Minas). Coordenadora e Professora do Curso de Especialização em Direito Eleitoral (PUC Minas – Virtual). Servidora efetiva (TRE-MG). Secretária da Corregedoria-Geral Eleitoral (TSE). Instrutora colaboradora das Escolas Judiciárias Eleitorais. Membro Fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Membro da Associação Brasileira Elas no Processo (ABEP).

Rodrigo de Macedo e Burgos

Pós-Graduado em Direito Tributário pela Escola de Administração Fazendária (ESAF). Procurador da Fazenda Nacional. Ex-Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

PREFÁCIO	
Cármem Lúcia Antunes Rocha	19
APRESENTAÇÃO.....	23
1ª PARTE – DIREITO PÚBLICO FILOSOFIA DO DIREITO E DIREITO CONSTITUCIONAL	
REVISITANDO ÍTALO CALVINO: CIÊNCIA, ÉTICA E DIREITO; PROBLEMAS, DESAFIOS E LIMITES	
Luiz Edson Fachin	27
1 Nota prévia.....	27
2 Introdução.....	27
3 Os saberes, as liberdades e as escolhas.....	28
4 Habermas e o senso comum democraticamente esclarecido	29
5 O Judiciário e a sociedade plural.....	30
6 A ética aqui e alhures	33
7 Considerações finais.....	36
SUPERANÇA E PERMANÊNCIA DO PENSAMENTO JUSPOSITIVISTA	
Napoleão Nunes Maia Filho	39
1 Estatismo latente no sistema positivista.....	39
2 Remédios e venenos: pensamento e escrita	45
3 Tópica judicial e poderes estatais	52
4 As leis escritas e sua aplicação.....	55
Referências	62
O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES	
Regina Helena Costa	65
1 Introdução.....	65
2 O Estado Democrático de Direito nos acórdãos da relatoria do Ministro Benedito Gonçalves	66
2.1 Comunidade remanescente de quilombo	66
2.2 Procedimento de investigação preliminar preparatório de inquérito civil	67
2.3 Improbidade administrativa	68
2.4 Estatuto da Criança e do Adolescente	70
2.5 Abandono de cargo	71
2.6 Medida cautelar inominada criminal	72
3 Conclusão.....	73
Referência.....	73
SEPARAÇÃO DOS PODERES NO BRASIL: COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES	
José James Gomes Pereira	75
1 Introdução.....	75
2 Separação de poderes: análise histórica e conceitual	75
3 Conclusão.....	83
Referências	83
DIREITO PÚBLICO E SEPARAÇÃO DOS PODERES: A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE NA ATUAL RELAÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES DO ESTADO	
Renato César Guedes Grilo, Rodrigo de Macedo e Burgos	87
Introdução.....	87
1 O princípio da fraternidade e a sua relevância constitucional ...	88

2	A modificação de paradigma para o princípio da separação dos poderes: da perspectiva positivista ao constitucionalismo fraternal.....	92
	Conclusão.....	95
	Referências	96

DEFESA DA DEMOCRACIA PELA ADVOCACIA PÚBLICA: ENSAIO EM HOMENAGEM AO MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL BENEDITO GONÇALVES

Jorge Rodrigo Araújo Messias	99	
1	Introdução.....	99
2	Democracia defensiva	100
3	A advocacia pública na defesa da democracia.....	103
4	Conclusão.....	106
	Referências	107

A TRAJETÓRIA DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES E AS GARANTIAS DA ADVOCACIA BRASILEIRA

José Alberto Simonetti	109	
1	Introdução	109
2	A independência e a autonomia da advocacia.....	110
3	A proteção das prerrogativas da advocacia	113
4	Considerações finais.....	115
	Referências	116

DIREITOS FUNDAMENTAIS

O MINISTRO BENEDITO GONÇALVES E SEU PAPEL NO COMBATE AO RACISMO

Camile Sabino, Mônica Furbino	121	
	Introdução.....	121
1	A construção histórica da desigualdade racial no Brasil	122
2	O combate ao racismo dentro na nova ordem constitucional de 1988	126
3	A preocupação da Constituição na promoção da igualdade racial e as inovações da Lei nº 7.716/1989.....	127
4	Impacto da visão antirracista no desempenho da atividade jurisdicional brasileira	129
5	Trajetória do Ministro Benedito Gonçalves	130
6	O impacto da atuação do Ministro Benedito na desconstrução do racismo estrutural	132
7	O trabalho do Ministro na Comissão contra o Racismo na Câmara dos Deputados	134
	Conclusão.....	136
	Referências	138

LIMITES DOS ATOS JURISDICIONAIS PELO HUMANISMO PRINCIPIOLÓGICO

Mário Goulart Maia	141
---------------------------------	-----

REFLEXÕES SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Humberto Martins	153	
1	Introdução.....	153
2	Consolidação do direito fundamental à saúde.....	154
3	Prestação de serviços relativos à saúde e repartição de competências no SUS – legitimidade passiva nas ações visando à efetivação do direito fundamental à saúde	156
4	Conclusão.....	163
	Referências	163

O PROTAGONISMO DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES NO JULGAMENTO DO TEMA Nº 106/STJ

Paulo Sérgio Domingues	167	
1	Introdução	167
2	Saúde como um direito fundamental	168
3	Relevância e importância do julgamento do Tema nº 106/STJ ...	170
4	Considerações finais.....	173

REFLEXÕES SOBRE A QUALIDADE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
BRASILEIRA

Antônio Herman Benjamin	175
1 As boas notícias.....	177
2 As más notícias.....	179
3 Brasil: um Estado de direitos e de deveres ambientais.....	181
4 Qualidade do Estado de Direito Ambiental no Brasil.....	185
5 Paraíso legislativo e esterilidade prática do direito ambiental: o exemplo do desmatamento.....	187
6 Conclusão: da insinceridade normativa à inconstância normativa.....	191
Referências.....	192

DO CAOS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: QUESTÕES
AMBIENTAIS DE DIREITO PRIVADO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA

Paulo Dias de Moura Ribeiro	195
1 Agradecimento inicial.....	195
2 Cidadania.....	197
3 Meio ambiente.....	199
4 Bem comum.....	199
5 Bem comum e meio ambiente.....	200
6 Os precedentes brasileiros e portugueses.....	200
7 Conclusão.....	205
Referências.....	205

DISCIPLINA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
ÀS MARGENS DOS CURSOS D'ÁGUA EM ÁREA URBANA
CONSOLIDADA. COMENTÁRIOS AO TEMA Nº 1.010/STJ

Fabiana Favreto, Fernando de Oliveira e Paula Lima	207
Homenagem ao Ministro Benedito Gonçalves.....	207
1 Introdução.....	208
2 Origem do julgamento.....	208
3 Julgamento do Tema nº 1.010/STJ.....	210
4 Conclusão.....	217
Referências.....	218

MULHERES ENCARCERADAS, GESTANTES E LACTANTES:
NASCIMENTO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA
FOMENTADA PELO PODER JUDICIÁRIO

Serly Marcondes Alves, Antônio Veloso Peleja Júnior, Natália Nunes Lopes	219
1 Abordagem inicial.....	219
2 As mulheres como titulares de direitos humanos e a inação estatal nos cárceres brasileiros.....	220
3 O estado de coisas inconstitucional: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.....	223
4 Consequência da atuação do Poder Judiciário: a atuação dialógica e a Lei nº 13.769/2018.....	225
Referências.....	226

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

O NOVO REGIME DE PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS FEDERAIS

Maria Thereza de Assis Moura, Evaldo de Oliveira Fernandes Filho	231
1 Introdução.....	231
2 Histórico.....	232
3 O novo regime de quitação dos precatórios federais instituído pela Emenda Constitucional nº 114.....	235
4 Questões controvertidas decorrentes do novo regime dos precatórios federais.....	242
5 Conclusão.....	245
Referências.....	245

A IMPORTÂNCIA DA BOA-FÉ OBJETIVA NO CONTROLE DE
LEGALIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

Luiz Alberto Gurgel de Faria, Rogério da Silva Mendes	247
Introdução.....	247

1	Boa-fé objetiva no âmbito tributário	248
2	A jurisprudência do STJ acerca da boa-fé objetiva no âmbito tributário	251
	Considerações finais.....	255
	Referências	256

VISÃO HUMANISTA DO DIREITO TRIBUTÁRIO: O CASO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES

	José Antonio Dias Toffoli	259
1	Introdução.....	259
2	Do julgamento do Tema Repetitivo nº 217.....	260
3	Das contribuições do julgamento do Tema Repetitivo nº 217.....	261
4	Da visão contemporânea da tributação e da harmonia dela com o julgamento do Tema Repetitivo nº 217	262
5	Da reforma do Sistema Tributário Nacional.....	265
6	Conclusão.....	266
	Referências	266

DOS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE ALÍQUOTA REDUZIDA DE ISS INCIDENTE SOBRE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS

	Luciano Bandeira Arantes, Maurício Pereira Faro	269
1	Introdução.....	269
2	Conceito de serviços hospitalares – jurisprudência do STJ	270
3	Precedentes judiciais sobre a alíquota aplicável a serviços hospitalares sem estrutura para internação.....	276
4	Conclusão	280

DIREITO PROCESSUAL

GARANTIAS PROCESSUAIS NAS AÇÕES COLETIVAS: NOTAS SOBRE A LEGITIMIDADE DAS ENTIDADES COLETIVAS

	Mauro Campbell Marques	283
1	Introdução.....	283
2	Conceitos básicos sobre interesse e legitimação em direito coletivo	284
3	Nuances processuais a serem observadas na atuação de associações e sindicatos na defesa de direitos de servidores públicos	286
3.1	Legitimidade das associações	287
3.2	Legitimidade dos sindicatos	288
4	Considerações finais.....	289
	Referências	290

JUIZADOS ESPECIAIS, ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E PRECEDENTES

	Marcelo Navarro Ribeiro Dantas	293
1	Introdução.....	293
2	Os princípios constitucionais específicos dos juizados.....	294
3	Os princípios – ou critérios – legais dos juizados e sua importância para o Judiciário como um todo.....	294
4	As leis que regulam os juizados	295
5	O que os juizados representaram para o país?.....	295
6	Fundamentos dos juizados.....	295
7	Novos rumos no processo por meio de uma nova administração da justiça	297
8	A gestão e o controle dos juizados	298
9	Transparência e segurança nos juizados	298
10	Funcionamento, racionalização e operabilidade dos juizados....	299
11	A problemática da aplicação dos precedentes aos juizados.....	300
12	Inovações recentes	300
13	Importância das trocas de ideias e experiências: transversalidade interna e externa	301
14	Problemas	301
15	E o futuro?.....	302
16	Conclusão.....	302

COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA: COMENTÁRIOS	
Arnaldo Esteves Lima	305
PRESCRIÇÃO: A REPERCUSSÃO DO PRINCÍPIO DA <i>ACTIO NATA</i> NA REPARAÇÃO PATRIMONIAL PELA DEMORA NA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR PÚBLICO	
Carlos Ribamar de Castro Ferreira, Leopoldo Rodrigues Portela, Mário Pereira Costa Júnior	313
1 Introdução	313
2 Configuração do dano material na demora injustificada na apreciação do pedido de aposentadoria.....	314
3 Aposentadoria do servidor público: ato administrativo complexo	315
4 Prescrição: definição do dies a quo para contagem do prazo prescricional	316
5 Conclusão.....	317
Referências	318
OS DESAFIOS ÉTICOS DA REGULAMENTAÇÃO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO APOIO A DECISÕES JUDICIAIS NO SISTEMA DE PRECEDENTES	
Fernanda de Moura Ludwig, Janaína Gomes Aguiar Cascão	319
1 Introdução	319
2 Do Projeto de Lei nº 2.383/2023	322
3 Da legislação correlata e do direito comparado.....	324
4 Conclusão.....	326
Referências	326
O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: ALCANCE DO ART. 105, I, “A”, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL A PARTIR DO JULGAMENTO DA QO-AP Nº 878	
Marco Antonio Martin Vargas, Caio Salles	329
Introdução.....	329
1 O foro por prerrogativa de função e sua ratio	331
2 A interpretação restritiva da prerrogativa de foro pelo Supremo Tribunal Federal (QO-AP nº 937).....	334
3 A prerrogativa de foro conferida a desembargadores e os critérios definidos na QO-AP nº 878.....	335
Conclusão.....	338
Referências	339
A (I)LEGITIMIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA NO TRIBUNAL DO JÚRI	
Guilherme Silva Pereima	341
Introdução.....	341
1 O devido processo penal constitucional.....	343
2 O Tribunal do Júri e a soberania dos veredictos	345
3 A execução provisória da pena em sede de condenação pelo conselho de sentença.....	348
Considerações finais.....	352
Referências	353
2ª PARTE – DIREITO ELEITORAL CIDADANIA E CADASTRO ELEITORAL	
A MISSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL COMO GUARDIÃ DA DEMOCRACIA	
Luis Felipe Salomão	357
1 Introdução	357
2 Registros históricos do TSE	358
3 Recentes desafios da justiça eleitoral	362
4 Conclusão.....	365
A PLURALIDADE DEMOCRÁTICA NA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
Kassio Nunes Marques	367
Introdução.....	367

1	O Tribunal Superior Eleitoral no período anterior à Constituição de 1988	368
2	O Tribunal Superior Eleitoral sob a ótica da Constituição Federal vigente	371
	Considerações finais	376
	Referências	377

CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES PARA A CIDADANIA POLÍTICO-ELEITORAL DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

	Marcos Heleno Lopes Oliveira	379
	Introdução	379
1	Considerações sobre diversidade sexual e de gênero	380
2	Atuação do Ministro Benedito Gonçalves na concretização dos direitos político-eleitorais das pessoas LGBTQIA+	381
	Considerações finais	383
	Referências	383

TÍTULO É MAIS QUE UM DOCUMENTO: JUSTIÇA ELEITORAL, EFETIVIDADE DE DIREITOS POLÍTICOS E CADASTRO ELEITORAL

	Michelle Pimentel Duarte	385
	Introdução	385
1	Justiça Eleitoral e efetividade dos direitos políticos	385
2	Sufrágio universal, direitos políticos e a inexistência de barreiras	387
3	Resolução TSE nº 23.659/2021 e o desenho do serviço eleitoral..	389
	Conclusão	391
	Referências	392

GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL: INOVAÇÃO, INCLUSÃO E CIDADANIA

	Alan de Freitas Rosetti, Roberta Maia Gresta	393
1	Introdução	393
2	Resolução Cidadã: o passo adiante, sem deixar ninguém para trás	394
3	Atuação da Corregedoria-Geral Eleitoral na gestão cidadã do Cadastro Eleitoral	396
3.1	Projeto Título Net 3	397
3.2	Novos campos biográficos do Cadastro Eleitoral (art. 42 da Resolução TSE nº 23.659/2021)	398
4	Seleção de Boas Práticas CGE 2022/2023 e o mapeamento de especificidades regionais	400
5	Conclusão	401
	Referências	402

ELEIÇÕES NA SOCIEDADE EM REDE

REDES SOCIAIS E PROCESSO ELEITORAL

	Messod Azulay Neto	405
1	Introdução	405
2	Os impactos das redes sociais	407
3	Efeitos da desinformação no processo eleitoral	411
4	Conclusão	412
	Referências	414

A DESINFORMAÇÃO PLATAFORMIZADA E A DEMOCRACIA

	André Ramos Tavares	417
1	O poder das novas tecnologias nas democracias	417
2	Liberdade de informação no processo eleitoral: para além de direitos, os deveres fundamentais	418
3	O significado da desinformação para a democracia	419
4	Justiça Eleitoral e o combate à desinformação	421
4.1	A necessária equiparação das plataformas digitais aos meios de comunicação social	421
	Conclusões	423
	Referências	424

DEMOCRACIA DIGITAL: DESAFIOS E OS EXEMPLOS DA JUSTIÇA
ELEITORAL BRASILEIRA

Henrique Carlos de Andrade Figueira, Allan Titonelli Nunes	425
1 Introdução.....	425
2 Insatisfação, mobilização e redes sociais.....	426
3 Representação política e democracia digital.....	427
4 Inovação e governo eletrônico	428
5 Exemplos de governança eletrônica, inovação e participação democrática fornecidos pela Justiça Eleitoral brasileira	428
Conclusão.....	430
Referências	431

INELEGIBILIDADE E ILÍCITOS ELEITORAIS

PORTE DE ARMAS NAS ELEIÇÕES

Ricardo Lewandowski	437
----------------------------------	-----

DA LUCIDEZ DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES NA
APLICAÇÃO DA LEI ELEITORAL

Adalberto de Oliveira Melo, Pedro Pinaud de Araújo, Gustavo Cardim Russo de Melo	451
---	-----

REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS SEM IMPUTAÇÃO DE
DÉBITO: INTERPRETAÇÃO DO §4º-A DO ART. 1º DA LC Nº 64/90
CONFORME A CONSTITUIÇÃO

Letícia Garcia de Carvalho Euzébio, Juliana Deléo Rodrigues	459
Referências	465

A FRAUDE À LEI NO DIREITO CONTEMPORÂNEO E SUA
APLICAÇÃO NO DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO: ANÁLISE DO
RECURSO ORDINÁRIO Nº 0601407-70.2022.6.16.0000

Manoel José Ferreira Nunes Filho	467
Referências	474

DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

DECISÃO SANEADORA EM AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL
ELEITORAL: A RACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO COMO PONTO
DE EQUILÍBRIO ENTRE A CELERIDADE E A GARANTIA DE UMA
PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA

Jamile Ton Kuntz	477
1 Introdução.....	477
2 A aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao processo eleitoral.....	478
3 A decisão de saneamento e organização do processo e sua compatibilidade sistêmica com o processo eleitoral.....	480
4 A experiência nas ações de investigação judicial eleitoral do pleito de 2022.....	484
5 Conclusão.....	485
Referências	486

CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA: OS DESAFIOS DA
JUSTIÇA ELEITORAL

Carmo Antônio de Souza, Heverton Luiz Rodrigues Fernandes	487
--	-----

PARTIDOS POLÍTICOS E FINANCIAMENTO ELEITORAL

UM OLHAR LIGEIRO SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS

Cristiane Paula da Silva Galperin, Fernando Wolff Bodziak	495
Referências	499

A VEDAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS
ELEITORAIS POR PESSOAS JURÍDICAS: JÁ É CHEGADA A HORA
DE UM REPENSAR SOBRE O TEMA?

Sérgio Silveira Banhos	501
Referências	507

SOBRE OS AUTORES.....	509
-----------------------	-----

Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Alan de Freitas Rosetti

Pós-Graduado em Dogmática do Direito Público. Analista Judiciário da Justiça Eleitoral. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Assessor da Corregedoria-Geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral.

Allan Titonelli Nunes

Procurador da Fazenda Nacional. Desembargador Eleitoral Substituto do TRE/RJ. Mestre em Administração Pública pela FGV. Especialista em Direito Tributário. Ex-Presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal e do Sinprofaz. Membro da Academia Brasileira de Direito Político e Eleitoral (ABRADEP).

André Ramos Tavares

Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Professor Titular da USP e Professor da PUC-SP e FADISP. *E-mail*: artavares@usp.br.

Antônio Herman Benjamin

Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Antônio Veloso Peleja Júnior

Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Arnaldo Esteves Lima

Bacharel em Direito pela UFMG, Turma de 1972. Foi Professor de Direito Civil e Processual Civil na Faculdade de Direito Milton Campos, BH/MG. Foi Juiz Federal de Carreira. Membro do eg. TRF da 2ª Região, o qual presidiu no biênio 2001/3. Foi Membro do MPDF e do Judiciário do DF. Juiz do TRE/RJ por um biênio. Ministro-Suplente do TSE. Membro do CJF, no qual exerceu, por um ano, o cargo de Corregedor-Geral da Justiça Federal. Aposentou-se como Ministro do STJ. Advogado.

Caio Salles

Mestrando em Direito pela Universidade de São Paulo. Assessor de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Ex-Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Camile Sabino

Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Unieuro. Pós-Graduada em Contratos e Responsabilidade Civil pelo Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Especialização em Governo e Direito na *Universidad Autónoma de Madrid*. Especialização em *Sharing the experience of the European Union and its Member States: Leadership, Management, Transparency and Corruption Control* na *École Nationale D'administration (L'ÉNA)*, em Paris e Strasbourg. Especialização em Combate à Corrupção na *École Nationale D'administration (L'ÉNA)*, em Paris. Ex-Subconsultora Jurídica da Consultoria Jurídica do Distrito Federal. Assessora do Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves.

Carlos Ribamar de Castro Ferreira

Pós-Graduado em Direito Público. Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Carmo Antônio de Souza

Corregedor Regional Eleitoral do Amapá.

Cristiane Paula da Silva Galperin

Servidora Pública do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná desde 2016. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2004. Pós-Graduada em Direito Eleitoral pela Universidade Tuiuti do Paraná em 2007.

Evaldo de Oliveira Fernandes Filho

Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça. Juiz Federal da 19ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Fabiana Favreto

Bacharel em Direito pela UNISINOS-RS. Pós-Graduada em Direito Tributário e Finanças Públicas. Ex-Assessora de Ministro. Ex-Chefe de Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves no Superior Tribunal de Justiça. Advogada.

Fernanda de Moura Ludwig

Pós-Graduada em Direito Processual Civil e Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Assessora de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Fernando de Oliveira e Paula Lima

Bacharel em Direito pela Instituição Toledo de Ensino-SP. Pós-Graduado em Direito Público. Analista Judiciário do STJ. Assessor do Ministro Benedito Gonçalves, no STJ.

Fernando Wolff Bodziak

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR) Biênio 2022-2024. Presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil (CCORELB) Gestão 2023-2024, tendo ocupado a 2ª Secretaria na Gestão 2022-2023. Ingressou na carreira da Magistratura Estadual do Paraná em 1989. Promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 2004, integrando atualmente a 1ª Câmara Cível. Presidente do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos do Paraná (OIDH) desde 2021. Presidente do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude do Paraná (CONSIJ/PR) desde 2019. Membro individual da *Association Internationale des Magistrats de La Jeunesse et de La Famille*, desde 1997. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1985.

Guilherme Silva Pereira

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Juiz Auxiliar do Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves.

Gustavo Cardim Russo de Melo

Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Advogado com especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA). Assessor-Chefe do Des. Adalberto de Oliveira Melo na Vice-Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Henrique Carlos de Andrade Figueira

Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo exercido a sua Presidência no biênio 2021-2023.

Heverton Luiz Rodrigues Fernandes

Analista Judiciário. Especialista em Direito Processual.

Humberto Martins

Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Jamile Ton Kuntz

Analista Judiciário da Justiça Eleitoral. Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós-Graduada em Direito Público e em Direito Eleitoral. Assessora da Corregedoria-Geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral.

Janáina Gomes Aguiar Cascão

Especialista em Ordem Jurídica e Ministério Público pela FESMPDFT. Especialista em Direito Público pela Funcesi. Assessora de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito pela UFPE. Mestre e Doutorando pela UnB. Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União.

José Alberto Simonetti

Advogado e Presidente Nacional do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

José Antonio Dias Toffoli

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (2018-2020). Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (2014-2016). Ex-Advogado-Geral da União (2007-2009). Ex-Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (2003-2005).

José James Gomes Pereira

Desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí. Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Messina, Itália. Pós-Doutor em Direitos Humanos pela *Universidad de Salamanca*, Espanha. Doutor em Direito e Ciências Sociais pela *Universidad del Museo Social Argentino*, Argentina. Mestre pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em História Política do Piauí.

Juliana Deléo Rodrigues

Mestre em Direito Público. Especialista em Direito Eleitoral. Analista Judiciário do TSE. Assessora do Ministro Benedito Gonçalves no TSE.

Kassio Nunes Marques

Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Leopoldo Rodrigues Portela

Pós-Graduado em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Letícia Garcia de Carvalho Euzébio

Assessora do Ministro Benedito Gonçalves no TSE.

Luciano Bandeira Arantes

Presidente da OAB/RJ. Especialista em Direito Empresarial.

Luis Felipe Salomão

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Corregedor Nacional de Justiça.

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Tributário na UFRN, atualmente em colaboração com a Universidade de Brasília (UnB), e no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Luiz Edson Fachin

Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Manoel José Ferreira Nunes Filho

Assessor-Chefe do Ministro Benedito Gonçalves no TSE.

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Doutor e Mestre em Direito (PUC-SP). Professor de Cursos de Graduação (UFRN/UnB) e Pós-Graduação (UNINOVE) em Direito. Ministro do Superior Tribunal de Justiça (Terceira Seção e Quinta Turma).

Marco Antonio Martin Vargas

Ex-Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau do TJSP. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP. Especialista em Direito Penal pela Escola Paulista da Magistratura.

Marcos Heleno Lopes Oliveira

Pessoa Doutoranda em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Trabalha na Corregedoria-Geral do Tribunal Superior Eleitoral (CGE-TSE).

Maria Thereza de Assis Moura

Ministra Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Professora Doutora de Processo Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Mário Goulart Maia

Conselheiro do CNJ.

Mário Pereira Costa Júnior

Pós-Graduado em Direito Penal e Processual Penal pelo UniCeub. Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Maurício Pereira Faro

Especialista em Direito Tributário. Mestre em Direito.

Mauro Campbell Marques

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Metodista Bennett (UniBennett). Foi Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas e Secretário de Segurança Pública do mesmo ente federativo. Foi Corregedor-Geral da Justiça Federal entre 2016 e 2017 e Ministro do Tribunal Superior Eleitoral entre 2020 e 2022. É Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Messod Azulay Neto

Ministro do STJ. Integrante da Quinta Turma e Terceira Seção Especializadas do Superior Tribunal de Justiça.

Michelle Pimentel Duarte

Mestre em Direito (PUCRS). Analista do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Coordenadora de Supervisão e Orientação da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral.

Mônica Furbino

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pós-Graduada em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Damásio. Assessora do Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves.

Napoleão Nunes Maia Filho

Graduação em Direito e Mestre pela Universidade Federal do Ceará. Notório Saber Jurídico pela Universidade Federal do Ceará. Livre Docente em Direito Público pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Foi Professor na Graduação e no Mestrado da Universidade Federal do Ceará. Foi Professor na Universidade Federal de Pernambuco. Foi Procurador do Estado do Ceará. Juiz Federal Titular da 8ª Vara do Ceará. Diretor do Foro Federal da Seção Judiciária do Ceará. Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral, na categoria Juiz Federal. Diretor da Escola da Magistratura. Vice-Presidente do TRF da 5ª Região. Foi Presidente da 5ª Turma no STJ no biênio 2008/2010. Foi Diretor da Revista do STJ. Foi Ministro e Corregedor do TSE. Dentre vários julgamentos de grande repercussão, julgou a chapa Dilma-Temer e o Governador do Amazonas. Atuou na 1ª Turma no STJ, julgando demandas de direito público até sua aposentadoria em dezembro de 2020. Faz parte da Academia Cearense de Letras na cadeira que foi deixada por Raquel de Queiroz.

Natália Nunes Lopes

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Assessora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Paulo Dias de Moura Ribeiro

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Conselheiro do Conselho da Justiça Federal. Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa. Doutor em Direito Civil pela PUC-SP. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Coordenador Científico do Curso de Direito da UNISA. Professor Titular da FDSBC. Professor do Curso de Pós-Graduação da UNINOVE.

Paulo Sérgio Domingues

Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Pedro Pinaud de Araújo

Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro. Assessor do Des. Adalberto de Oliveira Melo na Vice-Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Regina Helena Costa

Livre-Docente em Direito Tributário. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professora Associada de Direito Tributário da mesma universidade. Ministra do Superior Tribunal de Justiça. Autora dos livros *Curso de Direito Tributário – Constituição e Código Tributário Nacional* (Saraiva, 13ª ed., 2023), *Código Tributário Nacional Comentado em sua Moldura Constitucional* (Forense, 3ª ed. 2023), entre outros.

Renato César Guedes Grilo

Mestre e Doutorando em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Mestre em Direito e Regulação pela UnB. Procurador da Fazenda Nacional. Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Ricardo Lewandowski

Professor Titular Sênior da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ministro Aposentado do Supremo Tribunal Federal.

Roberta Maia Gresta

Doutora em Direito Político pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Coordenadora Adjunta da Especialização em Direito Eleitoral da PUC Minas Virtual. Professora. Analista Judiciária (TRE/MG). Secretária da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral (TSE).

Rodrigo de Macedo e Burgos

Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ex-Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Pós-Graduado em Direito Tributário pela Escola de Administração Fazendária (ESAF). Procurador da Fazenda Nacional.

Rogério da Silva Mendes

Especialista em Direito Econômico e das Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Analista Judiciário e Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sérgio Silveira Banhos

Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (2017-2023). Subprocurador-Geral do Distrito Federal (1999-2022). Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Sussex, Inglaterra. Advogado.

Serly Marcondes Alves

Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Vice-Presidente e Corregedora do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso. Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.